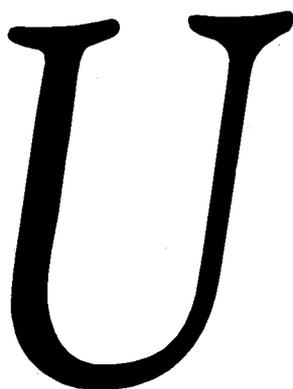


LIVRO DIDÁTICO: UMA TENTATIVA DE INVERSÃO DO SINAL

Ademil Lopes
Da Escola Estadual de 1.º Grau
Professor Sebastião de Oliveira
Rocha/São Carlos/SP



Ultimamente, tem sido muito grande a produção de trabalhos que enfocam, direta ou indiretamente, o problema da comunicação, cujo conceito, dada a sua flexibilidade, possui larga aplicação. Comunicação, em nosso entender, expressa o mecanismo pelo qual as relações humanas se processam e se desenvolvem. Ela abrange desde a expressão fisionômica, a atitude, o gesto, os sons, as palavras, a escrita, a imprensa, o rádio, a televisão, a telefonia e tudo o que se destine a conquistar o tempo, o espaço.

Este complexo de meios, organizado e articulado, constitui um todo orgânico do pensamento humano. Quanto mais refletimos sobre estes mecanismos, mais próxima se torna sua relação com a existência da sociedade.

Visto deste ângulo, todo desenvolvimento humano é decorrente do patrimônio social para o qual concorrem vivências, experiências e assimilações, transmitidas pelos meios formais e informais de comunicação, constituindo-se, então, em mecanismos de estruturação da personalidade.

Embora, os meios de comunicação de massa tenham assumido importância muito grande na atualidade, nenhum deles consegue substituir o livro, pela facilidade de recorrência que este possui em relação àqueles. Este seu poder intrínseco de ser o meio de informação constante lhe enseja a condição de principal recurso didático empregado no sistema de ensi-

no. Pesquisas têm apontado que, do ponto de vista do professor, o livro é um instrumento de trabalho indispensável. Instrumento suposto de real eficiência no processo ensino-aprendizagem, o livro proporciona a transmissão de conhecimento e informações de acordo com os anseios da sociedade.

No seu percurso histórico, o livro passou por transformações formais, tal como a inclusão de fotografias, histórias em quadrinhos etc., o que mostra sua vinculação com os meios modernos de comunicação.

Entretanto, como veículo de comunicação, não está isento de distorções em suas informações: os textos, muitas vezes, são desvinculados da realidade, não possibilitando ao aluno uma reflexão crítica do que lê. Na realidade, o livro e, em particular, o didático, deveria ser o veículo de treinamento de reflexão e não um mecanismo a mais de veiculação ideológica à disposição da indústria cultural.

Atenta a esses aspectos ligados à produção desse instrumental, a Fundação para o Livro Escolar — FLE¹ (São Paulo) realizou em 1983 um Seminário com o objetivo de estabelecer uma aproximação mais estreita desse órgão da Secretaria de Educação com profissionais que desenvolveram ou vêm desenvolvendo pesquisa na área, visando um intercâmbio de experiências e informações que pudessem vir a auxiliar seu pessoal técnico, incrementar o seu crescimento e eficiência, tendo ainda como escopo o desenvolvimento do potencial humano do pessoal da Secretaria de Educação. Basicamente, o Seminário se propôs a criar condições para uma análise crítica dos modelos ideológicos transmitidos nos textos didáticos; criar oportunidades de intercâmbio de experiências com os diversos profissionais da área; propiciar a discussão e o lançamento de iniciativas concretas frente aos problemas que solicitavam ações urgentes.

O Seminário constou de cinco sessões, que estiveram a cargo de especialistas: *Ideologia e o livro didático* — Maria Laura P. Barbosa Franco; *Leitura ideológica de livros didáticos* — Ademil Lopes; *O índio no livro didático* — Edgard Carvalho; *Livro didático, eternizando preconceito: ideologia e sexismo* — Maria Luiza Eluf; *A representação do negro no livro didático* — Dulce Cardoso.

Efetivamente, o Seminário funcionou como fonte de informação complementar, onde se buscou orientação para o aumento da eficiência de pessoal interno, servindo como uma primeira tomada de posição que abriu espaço para discussão de outros aspectos ligados ao livro didático.

Os encontros subsequentes tiveram um caráter de oficina de trabalho, onde se privilegiou a procura de alternativas concretas em substituição ao discurso conceitual. Isso não caracterizou a ausência de estudos, análises críticas e pesquisas, pelo contrário, envolveu toda a equipe técnica da Fundação para o Livro Escolar que empenhou todo esforço possível no

¹ A Fundação para o Livro Escolar — FLE, está vinculada à Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, como administração descentralizada.

sentido de buscar dados e elementos capazes de contribuir para uma discussão calcada em fatos reais e concretos. A oficina de trabalho foi um espaço permanente de discussão e busca de alternativas, que o órgão procurou institucionalizar enquanto linha aberta com a comunidade editorial e escolar.

Esse ciclo de discussões permitiu à direção da Fundação inverter o sinal do caminho que há muito vinha sendo percorrido, de mero entreposto e repassador de livros para as escolas. Essa inversão de sinal se traduziu, entre outras ações, numa proposta de política responsável, crítica com relação ao livro escolar, tendo como diretriz primeira o comprometimento com as camadas populares de baixa renda.

Esse novo jeito de caminhar delineado pelo órgão, dentro das disponibilidades existentes, foi sistematizado num documento elaborado pela então presidente da FLE, Maria Amélia Azevedo Goldberg (1983).

A essência do documento procurava neutralizar, dentro do possível, as veiculações tendenciosas e as atitudes preconceituosas no tratamento dispensado a meninos e a meninas, brancos e negros, ricos e pobres no livro escolar. Que a escola pública deva ser uma escola a serviço de uma nova ordem social, que sua transformação é um desafio político e, que, como tal, deverá ser enfrentado. Qualquer tentativa de dissociá-la de uma reflexão crítica sobre a transformação da própria sociedade global será uma forma de mistificar a realidade. Por essa razão, a política do livro escolar só pode ser concebida dentro do programa de democratização educacional.

O documento salienta, como política de desenvolvimento social, a luta por um livro que não seja:

- um esparadrapo do pensamento crítico e autônomo;
- um anestésico de dúvidas e incertezas;
- um incentivo a aparentar conhecimento que não tem;
- uma "disneylândia" pedagógica poluída de ilustrações coloridas e pretensamente motivadoras;
- uma mercadoria concebida sob o signo do lucro e, por isso mesmo cara e consumível;
- uma camisa de força para o professor;
- um veículo de preconceitos e inverdades;
- um substituto do mestre;
- um produto frio, padronizado e impessoal, distante da realidade concreta de quem aprende;
- um texto cuja linguagem tem que ser decifrada;
- um recurso a mais para ensinar a considerar o mundo terceiro-mundista como algo já feito, inenunciável e não como uma realidade a ser solidariamente transformada e criada.

Para que o consumidor seja um crítico do livro didático e abrace esta bandeira de luta, a FLE diz não: à situação do professor refém do livro didático, ou seja, aquele para quem o livro ainda dirige o ensino; e a um processo de seleção do livro escolar que, embora reconheça o direito do professor, desconhece totalmente a participação do aluno.

Como se vê, há, na essência dessa proposta, um compromisso de luta para que a escola se liberte do seu descompromisso com as camadas populares e do autoritarismo que permeia suas ações rotineiras, isolando-a da comunidade que a cerca.

Decorridos dois anos dessa experiência, verifico, entretanto, como professor atuando na rede de ensino, que os discursos, os temas escolhidos, as omissões sistemáticas, as transmissões de determinados conceitos, os preconceitos e os valores específicos da classe social dominante continuam presentes na grande maioria dos livros escolares.

Em nenhum momento da nossa história, a sociedade dominante reconheceu aos grupos minoritários, especificamente ao negro, o direito de sermos nós próprios; ela nos impõe de várias formas, a dizimação física e cultural, num "calendário de adiamento da morte".

O que a sociedade nos propõe através da educação e de seus métodos é que devemos adotar a postura de brancos para sobreviver; e mesmo esta sobrevivência só pode ser entendida como forma transitória, pois o que realmente se espera do negro é que ele prometa à sociedade que, no mais curto prazo possível, tornar-se-á branco epidérmica e culturalmente.

O problema do livro não se reduz a ações simplistas, que o tempo se incumba de resolver, pois aí está a ponta de um grande iceberg de problemas. Por isso, a problemática do livro sintetiza a problemática da escola pública que é produto da sociedade dominante, portanto, é necessário que a discussão de uma não se faça sem a outra.

O caminho a percorrer é longo: há que treinar professores para saber analisar, criticar e usar o livro de forma adequada; a comunidade editorial precisa ser sensibilizada quanto ao seu papel especial; não se pode mais violentar milhares e milhões de crianças que são negligenciadas e enganadas cinicamente com propostas tendenciosas e atitudes mercantilistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARDOSO, D.T. *A representação do negro no livro didático*. São Paulo, FLE, s.p. 1973. [Comunicação apresentada no Seminário: Ideologia e o livro didático]
- CARVALHO, E. de. *O Índio no livro didático e a reprodução da ideologia dominante*. São Paulo, FLE, 1973. [Comunicação apresentada no Seminário: Ideologia e o livro didático]
- ELUF, M.L. *Livro didático eternizando preconceito*. Ideologia e sexismo. São Paulo, FLE, 1973. [Comunicação apresentada no Seminário: Ideologia e o livro didático]
- GOLDBERG, M.A.A. *Documento n.º 1 de política do livro escolar no Estado de São Paulo*. São Paulo, FLE, 1983.
- FRANCO, M.L.P.B. *Ideologia e o livro didático*. São Paulo, FLE, 1983. [Comunicação apresentada no Seminário: Ideologia e o livro didático]
- LOPES, A. *Leituras ideológicas do livro didático*. São Paulo, FLE, 1983. [Comunicação apresentada no Seminário: Ideologia e o livro didático]